



Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Gerada em
18/06/2021
16:24:04

ACÓRDÃO

Dados do Processo

Número 202000819935	Classe Apelação Cível	Competência Gabinete Des. José dos Anjos	Ofício Escrivanha da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas
Situação JULGADO	Distribuído Em: 03/07/2020		
Julgamento 20/11/2020			
Proc. Origem 201940600685			

Dados da Parte

Apelante	CARLOS ANDRADE PAIXÃO SOBRINHO 06043208504	Advogado: ELTON SOARES DIAS - 10289/SE
Apelante	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	Advogado: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - 780-A/SE Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592/SE
Apelado	CARLOS ANDRADE PAIXÃO SOBRINHO 06043208504	Advogado: ELTON SOARES DIAS - 10289/SE
Apelado	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	Advogado: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - 780-A/SE Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592/SE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

ACÓRDÃO:	202115980	
RECURSO:	Embargos de Declaração Cível	
PROCESSO:	202100805137	
Relator:	JOSÉ DOS ANJOS	
EMBARGANTE:	SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	Advogado: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
EMBARGADO:	CARLOS ANDRADE PAIXÃO SOBRINHO	Advogado: ELTON SOARES DIAS

EMENTA

**EMBARGOS DE
DECLARAÇÃO –
ALEGAÇÃO DE
OMISSÃO NO
JULGADO –
EXISTÊNCIA –
CORREÇÃO DA
PARTE
DISPOSITIVA
DO ACÓRDÃO
QUANTO A
DATA DE**

INÍCIO	DE
COBRANÇA	DE
JUROS	E
CORREÇÃO	
MONETÁRIA	–
RECURSO	
PROVIDO	–
DECISÃO	
UNÂNIME.	

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Grupo I, da 2ª Câmara Cível, deste Egrégio Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer dos Embargos de Declaração para lhes DAR provimento.

Aracaju/SE, 04 de Junho de 2021.

DES. JOSÉ DOS ANJOS
RELATOR

RELATÓRIO

Referem-se os presentes autos a recurso de **Embargos de Declaração** interpostos pela **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A** e que figura como embargado **CARLOS ANDRADE PAIXÃO SOBRINHO**.

A recorrente alega que o acórdão apresentou omissão uma vez que não se estabeleceu a aplicação de juros e correção monetária do valor a ser pago a parte recorrida.

Defende que em relação aos juros de mora deve ser aplicada a sumula 426 do STJ e no tocante a atualização do valor indenizatório, o termo *a quo* deve ser a data da propositura da ação na forma do art. 1º, §2º da Lei 6.899/1981.

Ao final, pugna provimento dos presentes embargos a fim de que seja sanada a omissão.

Não foram apresentadas contrarrazões pela parte embargada, conforme certidão exarada em 12/03/2021.

É o relatório.

VOTO

Cabível e tempestivo, conheço do recurso.

Referem-se os presentes autos a recurso de **Embargos de Declaração** interpostos pela **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A** e que figura como embargado **CARLOS ANDRADE PAIXÃO SOBRINHO**.

Eis a parte dispositiva do julgado após modificações realizadas em decisão proferida no recurso de embargos de declaração nº 202000839854, *in verbis*:

“(...)Ante o exposto, com base nos argumentos acima delineados, conheço dos recursos para negar provimento ao recurso da seguradora requerida e para dar parcial provimento ao recurso da parte autora, para que esta seja ressarcida no valor de R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais) nos termos do art. 3º, III da Lei 6.197/74, quanto as despesas médicas decorrentes do acidente que foi vítima e que restaram devidamente comprovadas.

Condeno a seguradora recorrida ao pagamento de honorários de sucumbência que fixo em 20% do valor da condenação, nos termos do art. 85 §2º do CPC.

Ademais, a fim de evitar a oposição de aclaratórios com intuito prequestionador, dou por devidamente prequestionados todos os dispositivos constitucionais, legais e infralegais suscitados pelas partes.

É o voto.”

Os Embargos de Declaração restringem-se às hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil e somente em casos excepcionais, como erro material manifesto, suprimimento de omissão ou exclusão de contradição, poderão ter caráter infringente, contudo, não se admite o reexame da matéria de fato.

O efeito infringente dar-se-á apenas como consequência do provimento dos embargos, e não seu pedido principal.

No presente caso, observa-se que o recorrente pugna pelo acolhimento dos embargos de declaração tendo em vista que não foi definida na parte dispositiva do julgado a data de início de incidência de juros e correção monetária sobre o *quantum* arbitrado.

Compulsando os autos verifico que o pleito recursal merece acolhimento, visto que, embora o acórdão tenha sido explícito ao discorrer sobre a matéria ventilada em sede de apelação (processo 202000819935) e embargos de declaração (processo 202000839854), não houve manifestação expressa, na parte dispositiva do acórdão, acerca da data de início de incidência de juros e correção monetária sobre o quantum arbitrado.

No julgamento da apelação, posteriormente retificada por embargos de declaração, conheci do recurso da parte autora para dar parcial provimento, modificando a sentença de piso, determinando a complementação da indenização a ser paga à parte, no entanto, no que diz respeito à data de início de incidência de juros e correção monetária sobre o valor da indenização, não restou devidamente esclarecido.

Assim, verifico que o pleito recursal merece acolhimento, devendo ser sanada a contradição indicada, devendo ser modificado o dispositivo da decisão, nos seguintes termos:

“(...)Ante o exposto, com base nos argumentos acima delineados, conheço dos recursos para negar provimento ao recurso da seguradora requerida e para dar parcial provimento ao recurso da parte autora, para que esta seja ressarcida no valor de R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais) nos termos do art. 3º, III da Lei 6.197/74, quanto as despesas médicas decorrentes do acidente que foi vítima e que restaram devidamente comprovadas, acrescidos de juros legais que deverão incidir a partir da citação, no percentual de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária que deve ter o termo inicial a data do evento danoso.

Condeno a seguradora recorrida ao pagamento de honorários de sucumbência que fixo em 20% do valor da condenação, nos termos do art. 85 §2º do CPC.

Ademais, a fim de evitar a oposição de aclaratórios com intuito prequestionador, dou por devidamente prequestionados todos os dispositivos constitucionais, legais e infralegais suscitados pelas partes.

É o voto.”,

Frente às razões supra, DOU provimento ao recurso.

É como voto.

Aracaju/SE 04 de Junho de 2021

DES. JOSÉ DOS ANJOS
RELATOR